



GT 29. Diálogos nas fronteiras: a Educação e a Escola como objetos de investigação na Antropologia.

Coordenador(es):

Sandra de Fátima Pereira Tosta (UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto)

Gilmar Rocha (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1

Debatedor/a: Anderson Tibau (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 2

Debatedor/a: Tânia Dauster Magalhães e Silva (PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Os debates entre Antropologia e Educação vem sendo realizados desde os anos de 1990 em fóruns científicos no Brasil e no exterior, tendo como referências pesquisas que apresentam as várias possibilidades e desafios da produção científica em perspectiva interdisciplinar e comparada. Uma proposição é clara na delimitação destes debates, qual seja, a de entender o fenômeno da educação não apenas em termos escolares, mas como um processo que remete às aprendizagens nas culturas. Eventos tais como IUAES, RBA, RAM, ALA, têm acolhido estes debates por meio de gts, mesas redondas, simpósios etc. Num rápido balanço das abordagens contempladas nestes eventos e nas publicações que circulam no meio acadêmico, destacam-se: usos da etnografia na pesquisa educacional, o ensino da antropologia para não antropólogos, escola, diferença e diversidade cultural, educação indígena e as pedagogias diferenciadas. Contudo, uma dimensão ainda pouco explorada diz respeito à seguinte problematização: quando antropólogos elegem como tema de investigação questões relacionadas à educação, de que modos isto se configura? Uso de metodologias do tipo estudo de caso, história de vida etc, além da etnografia, e, teoricamente, quais os autores que deram suporte ou dialogaram com o campo? Assim, este GT objetiva reunir antropólogos do Brasil e do exterior que pesquisam fenômenos educacionais a fim de promover uma ampla exposição e debate visando o aprofundamento da compreensão destes diálogos interdisciplinares.

Seria o internato escolar uma "instituição total"? Algumas notas preliminares sobre adolescentes que moram e estudam em uma escola

Autoria: Hildon Oliveira Santiago Carade (IFBAIANO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano)

A presente comunicação pretende analisar a conexão entre sociabilidade juvenil e modos de escolarização, através do relato da experiência de estudantes, na faixa entre 13 e 17 anos de idade, em regime de internamento de uma instituição pública de ensino. O internato escolar é uma modalidade de aprendizagem que disponibiliza ao ingressante residência e refeições. Devido ao fato de o estudante permanecer institucionalizado, residindo, pois, no próprio local onde é escolarizado, a literatura sobre a temática - produzida, basicamente, por psicólogos e pedagogos - tende a caracterizar estes estabelecimentos de ensino como sendo "instituições totais", categoria criada por Ervin Goffman, com feições disciplinares, nos termos de Michel Foucault (em semelhança aos hospitais, às fábricas e às prisões). Tal abordagem tem privilegiado o entendimento do modo de funcionamento dessas instituições, demarcando os seus efeitos na produção da subjetividade daqueles que delas se beneficiam. Assim, quase sempre são apontados vínculos ocultos entre os fins educativos do internato escolar e a produção de uma violência simbólica contra os internos, aproximando as suas experiências com a dos sujeitos reclusos em prisões ou mesmo em hospitais



psiquiátricos. Entretanto, conforme nos aponta Paula Sibilia, em se tratando de uma tecnologia de época, datada da era moderna, que assistiu a ascensão do capitalismo, o internato escolar, e a escola em termos gerais, parecem estar hoje em descompasso com a produção das subjetividades contemporâneas. A sociedade atual implora por corpos visíveis e conectados às onipresentes redes digitais, enquanto que o modelo de internação, e a própria tecnologia escolar, são calcados na formatação de um sujeito introspectivo e ensimesmado. Assim, a pergunta que guia esta análise é a seguinte: se, por um lado, as vivências e sociabilidades tipicamente juvenis tais como, o primeiro beijo, a perda da virgindade e as lógicas de amizade e inimizade entre galeras e grupos, e, por outro, o acesso às novas tecnologias da informação, não seriam elementos preponderantes para o desvirtuamento do caráter de ?instituição total? do internato escolar? Em outras palavras, ainda faz sentido compreender esta modalidade de ensino através de categorias mais apropriadas à sociedade disciplinar? Para responder tal questionamento, o olhar desse escrutínio se dirige para os corpos e as subjetividades para cuja moldagem o internato escolar fora concebido na modernidade; este olhar, posteriormente, se encaminhará para as versões atuais desses corpos e subjetividades, a partir de notas preliminares colhidas através da observação participante, que seriam dados iniciais de pesquisa sobre juventude e vida escolar.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: